



A ATUALIDADE DO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO DE GUERREIRO RAMOS

Luiz Fernando Valente

Brown University

Resumo: Este ensaio pretende reabrir uma discussão sobre a continuada relevância do pensamento pioneiro de Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982) para a compreensão dos desafios enfrentados pelo Brasil contemporâneo. Focalizano período em que Guerreiro Ramos exerceu a função de diretor do departamento de sociologia do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), antes de ser forçado pela ditadura militar a se transferir para os Estados Unidos. A discussão é centrada em dois textos clássicos do sociólogo baiano: *A Redução Sociológica* (1958) e *Mito e Verdade da Revolução Brasileira* (1963). O ensaio propõe também avaliar o pensamento dialético de Guerreiro Ramos como uma alternativa à chamada teoria decolonial, conforme desenvolvida por pensadores como Aníbal Quijano, Walter D. Mignolo e Catherine E. Walsh.

Palavras-chave: Consciência crítica; Decolonial; Dialética; Dissidência; Parentético; Pós-colonial; Redução.

Abstract: This essay aims to reopen a discussion about the continued relevance of the pioneering thought of Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982) for the understanding of the challenges faced by contemporary Brazil. It focuses on the period during which Guerreiro Ramos served as director of the department of sociology at the Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), before being forced by the military dictatorship to move to the United States. The discussion centers on two classic texts by the Bahian sociologist: *A Redução Sociológica* (1958) [The Sociological Reduction] e *Mito e Verdade da Revolução Brasileira* (1963) [Myth and Truth about the Brazilian Revolution]. The essay also proposes to evaluate Guerreiro Ramos' dialectical thinking as an alternative to the so-called decolonial theory as

developed by such thinkers as Aníbal Quijano, Walter D. Mignolo, and Catherine E. Walsh.

Keywords: Critical consciousness; Decolonial; Dialectic; Dissidence; Parenthetic; Postcolonial; Reduction.

Reverenciado pela comunidade sociológica, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982) é pouco mencionado fora do circuito dos especialistas, embora nos tenha legado uma obra pioneira, na qual desenvolve reflexões que, como pretendemos demonstrar, permanecem atuais e relevantes dentro e fora das ciências sociais.¹ Formado pela antiga Faculdade Nacional de Filosofia em 1942 e pela Faculdade Nacional de Direito em 1943, sua carreira combinou atividades acadêmicas com militância na vida pública, numa perfeita integração de teoria e prática, que caracterizou o seu percurso intelectual. Guerreiro defende que

todo fazer humano implica em uma ‘interpretação’ das coisas que manipula, como todo teorizar é extensão do fazer ao nível da representação. Não é, pois, legítimo extremar a distinção entre teoria e prática. [. . .] Supor que o homem teoriza primeiro e age depois é incorrer em erro. O homem não se esgota no pensar, é também sentir e querer (RAMOS, 1958, p. 79).

Abraçando uma variada gama de atividades, participou do Teatro Experimental do Negro, fundado por Abdias do Nascimento (1914-2011) e, em parceria com Abdias, do I Congresso do Negro Brasileiro (1950); desempenhou funções como assessor no governo de Vargas, no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), na Escola de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB); e, durante a primeira metade da década de 1960, serviu como deputado federal pelo Estado da Guanabara, representando a Aliança Socialista Trabalhista, formada pela coligação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Após ter sido cassado pelo Ato Institucional n.º 1 em 9 de abril de 1964, Guerreiro Ramos assumiu cargos de docente em universidades norte-americanas, como Yale, Wesleyan, e University of Southern California, onde encerrou sua carreira, encurtada pelo câncer em 1982. Voltou brevemente ao Brasil no início da década de 1980 para estabelecer um mestrado em planejamento governamental

¹ Noto com prazer um renascimento do interesse pela obra de Guerreiro Ramos, como sugere, por exemplo, a recente publicação de uma compilação de seus escritos sobre raça por Muyratan S. Barbosa, especialista na obra guerreiriana.

na Universidade Federal de Santa Catarina, sem se desligar da University of Southern California. Na vida pública defendeu o monopólio estatal do petróleo, promoveu a reforma agrária, e lutou pelo voto dos analfabetos. Como acadêmico publicou vários livros fundamentais, entre eles *A Redução Sociológica* (1958) e *Mito e Verdade da Revolução Brasileira* (1963), considerados clássicos do pensamento sociológico brasileiro. Sua influência se faz presente na nata da intelectualidade brasileira durante as décadas de 1950 e 1960, como, por exemplo, na obra de Paulo Freire, que o cita frequentemente.

Este ensaio focaliza as ideias desenvolvidas em *A Redução Sociológica*, que constituem o arcabouço teórico do pensamento de Guerreiro Ramos, mas, oferecem, ao mesmo tempo, importantes e originais respostas a questões que transcendem os limites das ciências sociais. Além de propor soluções arrojadas para desafios ainda presentes na sociedade brasileira contemporânea, as reflexões apresentadas nesse volume antecipam diversas ideias que viriam a ser formuladas por praticantes da chamada teoria pós-colonial, e podem funcionar, igualmente, como uma alternativa aos impasses da chamada teoria decolonial, desenvolvida mais recentemente por Walter D. Mignolo e Aníbal Quijano.² É mister ressaltar que o livro é um dos produtos mais representativos da mentalidade do Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Criado por um decreto assinado pelo então presidente Café Filho em 1955, o ISEB foi o *think tank* onde pesquisadores de primeira linha nas áreas de sociologia, economia, política, e história repensaram questões nacional-desenvolvimentistas, construindo as bases teóricas do projeto do governo Juscelino Kubitschek durante a segunda metade dos anos 1950 e, no início da década de 1960, do melhor do pensamento progressista nas ciências sociais: Nelson Werneck Sodré (1911-1999), Roland Corbisier (1914-2005), Hélio Jaguaribe (1923-2018), Alberto Guerreiro Ramos, Joel Rufino dos Santos (1941-2015), Álvaro Vieira Pinto (1909-1987), Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto (1936---) e outros. Não surpreendentemente, o ISEB foi extinto treze dias após o golpe militar

² Em *On Decoloniality*, escrito a quatro mãos com Catherine E. Walsh, Mignolo, propõe desconectar a perspectiva do colonizado da “matriz colonial de poder” [“colonial matrix of power”], fundamentada nos supostos universais da modernidade ocidental e do capitalismo global, representativos de uma mentalidade eurocêntrica. A partir de uma reconceitualização da teoria da dependência, procura demonstrar que o modelo capitalista de poder é baseado na imposição de um sistema classificatório da população mundial dependente de preconceitos raciais e étnicos, de origem eurocêntrica.

de 31 de março de 1964³ e vários dos seus membros foram presos, investigados, ou tiveram que se exilar, inclusive Guerreiro Ramos. O conceito de desenvolvimento proposto pelo ISEB não se coadunava com o projeto de Brasil formulado dentro da Escola Superior de Guerra, que forneceu as bases ideológicas do novo regime, no qual a noção de desenvolvimento estava inextricavelmente conectada com a Doutrina de Segurança Nacional.⁴ Ao contrário, o pensamento do ISEB configurava, conforme indicou Luiz Carlos Bresser-Pereira, “uma interpretação original e poderosa do desenvolvimento brasileiro fundada nos conceitos de revolução capitalista e, principalmente, de revolução nacional” (Bresser-Pereira, 2004, p. 49).

Como explica o autor, “no domínio restrito da sociologia, a redução é uma atitude metodológica que tem por fim descobrir os pressupostos referenciais, de natureza histórica, dos objetos e fatos da realidade social,” eliminando “tudo aquilo que, pelo seu caráter acessório e secundário, perturba o esforço de compreensão e a obtenção do essencial de um dado” (Ramos, 1958, p. 44). Em outras palavras, a redução sociológica não é somente um método teórico (abstrato) mas, ao não admitir “a existência na realidade social de objetos sem pressupostos” (Ramos, 1958, p. 45), representa um engajamento com problemas específicos (concretos) da sociedade brasileira, o que Guerreiro considera ser “requisito imprescindível para que surja nos países subdesenvolvidos – verdadeira ciência” (Ramos, 1958, p. 76). Em outras palavras, Guerreiro pratica o que o sociólogo Marcos Chor Maio descreveu como uma “sociologia militante” (Maio, 1996, p. 190). Na polêmica com Florestan Fernandes, que se seguiu à publicação da *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo* (1954), fica claro que enquanto para o sociológico uspiano o trabalho científico independe de particularidades históricas e sociais, para Guerreiro o sociólogo deve “submeter-se à exigência de referir o trabalho científico à comunidade em que vive” (Ramos, 1958, p.

³ “Os militares que depuseram o governo João Goulart em março de 1964 decretaram a extinção do ISEB em 13 de abril de 1964, pelo Decreto nº 53.884. Em seguida, foi instaurado um Inquérito Policial-Militar na instituição. Foram arrolados nesse processo os presidentes Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart e os ministros da Educação Clóvis Salgado, Paulo de Tarso e Oliveira Brito, além de vários deputados e todos os professores do instituto.” (ABREU, <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-superior-de-estudos-brasileiros-iseb>).

⁴ Segundo o manual de *Doutrina Básica* da Escola Superior de Guerra, “uma coisa é certa, contudo: o Desenvolvimento exige um razoável grau de Segurança e esta um processo continuado de Desenvolvimento. A melhor colocação parece ser aquela segundo a qual os dois conceitos são interligados, interdependentes e a prioridade, ora de um, ora de outro, será função da conjuntura que se está vivendo” (ESG, 1979, p. 194).

94), sem que isso implique a perda da universalidade, na medida em que, inevitavelmente, a ciência “resulta de um esforço organizado de especialistas dispersos por toda parte” (Ramos, 1958, p. 94). Influenciado por pensadores como Edmund Husserl (1859-1938) e Frantz Fanon (1925-1961), Guerreiro parte, epistemologicamente, de uma concepção perspectivista da sociologia: “O sentido de um objeto jamais se dá desligado de um contexto determinando” (Ramos, 1958, p. 46), isto é, o que inspira a redução sociológica “é a consciência sistemática de que existe uma perspectiva histórica brasileira” (Ramos, 1958, p. 16). Alinhando-se com o otimismo utópico, característico da mentalidade isebiana, Guerreiro acreditava que o Brasil tinha deixado de ser um povo “natural” para tornar-se um povo “histórico”, rompendo assim com seu passado colonial. Desta forma seriam as “atuais condições objetivas do Brasil que propõem a tarefa de fundação de uma sociologia nacional” (Ramos, 1958, p. 15). Segundo Guerreiro, o Brasil teria entrado numa “fase de sua evolução em que está superando o seu antigo caráter reflexo” (Ramos, 1958, p. 42). Portanto a comunidade científica brasileira deveria ir além da “assimilação literal e passiva dos produtos científicos importados” para chegar, dialeticamente, a uma “assimilação crítica desses produtos” (Ramos, 1958, p. 43), na medida em que é “a transformação de contextos subdesenvolvidos, que impõe ao cientista de países periféricos a exigência de assimilar não mecanicamente o patrimônio científico estrangeiro” (Ramos, 1958, p. 82). Por isso, “a redução sociológica se opõe à transplantação literal” (Ramos, 1958, p. 63). Para chegar a essa conclusão, Guerreiro baseia-se em fatos materiais estatisticamente documentados, tais como a industrialização, a urbanização, e o consumo popular:

Só adquire a possibilidade de autodeterminação [um tema caro aos isebianos] o povo que, libertando-se da motivação grosseira, dos misteres puramente biológicos, transfere seus interesses para motivos cada vez mais requintados. É a autodeterminação, garantida por supostos concretos, que leva uma população a ascender do plano do existir acidental, dir-se-ia quase espacial, para o da duração; da condição de objeto à condição de sujeito. (Ramos, 1958, p. 41)

Guerreiro ilustra essa mudança através do confronto entre o Brasil e os Estados Unidos, numa variação de um dos *topoi* que informam um segmento considerável do pensamento social sobre o Brasil no século XX, presente também nas obras de Gilberto Freyre (1900-1987), Vianna Moog (1906-1988), e, mais tarde, nas de Richard Morse (1922-2001), Roberto daMatta (1936) e outros. Embora algumas de suas conclusões soem hoje como lugares comuns, resquícios do antiamericanismo que se fazia fortemente presente na América Latina durante a década de 50 – por exemplo os

relacionamentos humanos nos Estados Unidos estariam reduzidos a “relações de mercado,” a sociedade norte-americana seria “fragmentada,” levando à “mecanização social,” produto de um princípio competitivo exacerbado, etc. – a comparação vale para sugerir que, da mesma forma que a sociologia norte-americana teria emergido de condições específicas aos Estados Unidos, a sociologia produzida contemporaneamente (presente) no Brasil não poderia deixar de refletir a história (passado) e os anseios reformistas (futuro) da sociedade brasileira. É nesse sentido que o conceito de *duração* se torna essencial à transformação do homem de objeto natural em sujeito histórico. Enquanto a sociologia norte-americana seria “uma disciplina essencialmente descritiva e tautológica, cujos profissionais, na maioria, não estão aplicados num trabalho de elaboração conceitual que ponha em questão a estrutura mesma dos Estados Unidos” (Ramos, 1958, p. 90), a sociologia brasileira teria necessariamente uma postura transformativa e funcional.

Em suma, o objetivo primordial da redução sociológica seria o desenvolvimento da consciência crítica, a qual, desnudando a situação pós-colonial do Brasil, abrisse portas para mudanças sociais futuras, através das quais se superassem os entraves da condição colonial e se concretizasse o processo de autodeterminação do país:

A consciência crítica surge quando um ser humano, ou um grupo social reflete sobre tais determinantes [históricos] e se conduz neles como sujeitos. Distingue-se da consciência ingênua que é puro objeto de determinações exteriores. [...] Sem consciência crítica, o ser humano ou o grupo social é coisa, é matéria bruta do acontecer. (Ramos, 1958, p. 23)

Sublinhe-se que a temática da consciência crítica já era central ao pensamento de Guerreiro desde longa data, fato ao qual o próprio autor chama atenção em nota de rodapé. Trata-se de um conceito sociológico intimamente relacionado com a história. Segundo Guerreiro, no final da década de 1950 o Brasil estaria vivendo “uma fase de sua evolução em que está superando o seu antigo caráter reflexo” (Ramos, 1958, p. 42), na medida em que o povo brasileiro começa a assumir sua condição como sujeito histórico. O autor acredita que o momento era de transição, isto é, o país estaria transitando entre “duas perspectivas: a do país velho e a do país novo, a da mentalidade colonial ou reflexa e da mentalidade autenticamente nacional” (Ramos, 1958, p. 43). Em outras palavras, “à assimilação literal e passiva dos produtos científicos importados ter-se-á de opor a assimilação crítica desses produtos. Por isso, propõe-se aqui o termo ‘redução sociológica’ para designar o procedimento metódico que procura tornar sistemática a assimilação crítica” (Ramos, 1958, p. 43).

Esses conceitos irão constituir a base do pensamento de Paulo Freire (1921-1997), que embora não tivesse sido oficialmente membro do ISEB, foi muito influenciado pelos isebianos, mantendo com eles um produtivo diálogo, particularmente com Guerreiro Ramos. Na esteira dos isebianos, Freire rejeita o conceito de desenvolvimento proposto pela Escola Superior de Guerra, repensando-o como uma “prática de liberdade”.⁵ Como Guerreiro, Freire acreditava que no início da década de 1960 o Brasil vivia um momento de transição, em que os membros da sociedade estariam ultrapassando a condição passiva de *objetos* das forças históricas, econômicas e sociais para assumirem a condição ativa de *sujeitos* pensantes e participantes. Nesse contexto, a função precípua da educação não seria a mera transmissão de conhecimento (a chamada “concepção bancária” da educação, que Freire rejeita), mas a aquisição de uma consciência crítica. Essa tomada de consciência seria essencial à passagem da mera *acomodação* para a *integração*, isto é, um movimento dialético para além da intransitividade da consciência, o qual, filtrado pelo estágio intermediário da transitividade ingênua, desembocaria na transitividade crítica. Freire apropria-se também da noção guerreiriana de “homem parentético”,⁶ isto é, do ser humano autoconsciente e autodeterminado, antes que ingênuo e passivo, conceito inseparável da consciência crítica, desenvolvido em maior detalhe no livro *Mito e Verdade da Revolução Brasileira* (1963):

Com ela [a atitude parentética] o homem habilita-se a ajustar-se ativamente à sociedade e ao universo. Sem ela, é matéria bruta dos acontecimentos, unidade indiferenciada de um rebanho, coisa entre outras coisas. A atitude parentética, na medida em que se democratize, fundará, por fim, o período da história consciente do homem. (Ramos, 1963, p. 145-146)

As reflexões formuladas por Guerreiro Ramos assumem os contornos de uma crítica pós-colonial *avant la lettre*. A tarefa de fundação de uma sociologia nacional não

⁵ Trato dessa ideia em maior detalhe no artigo “Paulo Freire: desenvolvimento como prática de liberdade”, publicado na revista *Alceu* em 2009.

⁶ “Em recente ensaio, opõe Guerreiro Ramos ao ‘rinocerontismo’ [Ionesco], o que ele chama de ‘homem parentético’. O homem que põe sempre entre ‘parênteses’ antes de definir-se para optar. ‘O homem parentético não é um cético nem um tímido. É crítico.’ Há uma certa relação entre o homem parentético de Guerreiro Ramos e a ‘imaginação sociológica’ de Wright Mills” (Freire, 1983, p. 45). Em outras palavras, como explica Soraia Schutel, “além [da] capacidade de observador externo ao objeto analisado, o homem parentético centra-se nas características de autorrealização, desenvolvimento pleno de suas capacidades, sendo capaz de abster-se das influências da racionalidade instrumental do mercado que tende a predominar sobre as relações humanas. Portanto, o homem parentético é o homem que atua integralmente as dimensões humanas, não estando limitado à visão unilateral de homem econômico” (Schutel, 2011, p. 444).

é mera celebração de uma mentalidade nacionalista. Seria antes, na lúcida avaliação do cientista político brasileiro Fernando de Barros Filgueiras, “um movimento pós-colonial de busca de um conhecimento existencial próprio, que não nega os avanços da ciência, mas não reproduz os termos hegemônicos de seu discurso” (Filgueiras, 2012, p. 351). Elas subentendem a compreensão da dialética entre forças existentes no interior da sociedade brasileira e forças existentes fora da sociedade brasileira, a partir da posicionalidade de um intelectual informado pela cultura nacional, mas consciente também da posição do Brasil na comunidade global. Observe-se a atualidade dos conceitos e até mesmo do vocabulário de Guerreiro Ramos neste comentário, escrito há mais de seis décadas:

A atitude redutora não poderia ter ocorrido a alguém fortuitamente. Na forma em que a expõe o autor, é subproduto do processo global da sociedade brasileira na fase contemporânea. Sua formulação sistemática representa o resultado de uma reflexão indutiva em que o autor partiu da consideração de tendências fatuais para a elaboração teórica. (Ramos, 1958, p. 16).

Ao comentar a contestação dos poderes coloniais durante a década de 1950 no contexto afro-asiático, Guerreiro propõe, com grande clarividência, que se trata de uma “reação contra o colonialismo considerado como sistema [...] É que pretendem ser, eles também, sujeitos de um destino próprio” (Ramos, 1958, p. 24). Citando Cheik Anta Diop (1923-1986), Aimé Césaire (1913-2008) e Abdoulaye Ly (2019-2013), Guerreiro conclui que esses pensadores “sentem-se convocados a um empreendimento de fundação histórica, e procuram contribuir, pelo esclarecimento, para que as comunidades a que pertencem venham a constituir personalidades culturais diferenciadas no nível da universalidade” (Ramos, 1958, p. 26).

Diferentemente da ênfase na *resistência* oposicional à “matriz colonial de poder”, postulada pela teoria decolonial, Guerreiro Ramos propõe uma abordagem dialética que, apropriando-me de conceitos desenvolvidos pelos teóricos do Novo Historicismo, qualifico como uma expressão de *dissidência*⁷:

Por ‘dissidência’ entendo a recusa de um aspecto do dominante sem pré-julgar o resultado. Isso pode parecer uma postura mais débil [do que a ‘subversão’], mas acredito ser realmente uma postura mais robusta na medida em que estabelece um espaço necessariamente aberto a uma contínua disputa,” que não se reduz simplisticamente a uma oposição entre o dominante e o subordinado. (Sinfield, 1992, p. 49)

Seria bom lembrar, outrossim, que os linguistas nomeiam como *matriz* a oração

⁷ Desenvolvo minha reflexão sobre a dissidência nos ensaios “A dissidência e as ciências humanas críticas” (2018) e “Crítica e dissidência” (2016).

principal numa frase em que se encaixa uma oração subordinada, que não pode existir por si só. Na dialética entre centro e periferia que informa o pensamento de Guerreiro Ramos, não se trata de reconhecer a ordem mundial dominante como primária, a ser *transgredida* pelo subordinado. A redução sociológica seria, antes, “*um procedimento crítico-assimilativo da experiência estrangeira*” (Ramos, 1958, p. 46). Para Guerreiro,

A redução sociológica não implica isolacionismo, nem exaltação romântica do local, regional, ou nacional. É, ao contrário, dirigida por uma aspiração ao universal, mediatizado, porém, pelo local, regional ou nacional. Não pretende opor-se à prática de transplantações, mas quer submetê-las a apurados critérios de seletividade. Uma sociedade onde se desenvolve a capacidade de auto-articular-se, torna-se conscientemente seletiva. (Ramos, 1958, p. 46)

Ao imaginar dialeticamente soluções utópicas para questões globais a partir de especificidades nacionais – o autor menciona, significativamente, o “sentido centrípeto que a vida brasileira está adquirindo” (Ramos, 1958, p. 43) – a obra de Guerreiro Ramos revela-se como de grande atualidade. Fundamentais para a compreensão dos desafios enfrentados pelo Brasil na sua situação de país semiperiférico num mundo globalizado seis décadas depois de publicados, seus ensaios prestam, ao mesmo tempo, contribuições teóricas de grande pertinência para um entendimento mais aprofundado da condição pós-colonial.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. “Instituto Superior de Estudos Brasileiros.” <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-superior-de-estudos-brasileiros-iseb>. Acessado 1º de maio de 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito desenvolvimento do ISEB rediscutido. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v. 47, n. 1, p. 49-84, 2004.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Doutrina Básica*. Rio de Janeiro: ESG, 1979.

FILGUEIRAS, Fernando de Barros. Guerreiro Ramos, a redução sociológica e o imaginário pós-colonial. *Caderno CRH*, v. 25, n.65, p. 347-363, maio-ago. 2012.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MAIO, Marcos Chor. “A questão racial no pensamento de Guerreiro Ramos.” *Raça, ciência e sociedade*, Ed. Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos. Rio: Editora Fiocruz, 1996. p. 179-1993.

MIGNOLO, Walter D. ; Catherine E. Walsh. *On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis*. Durham: Duke U Press, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality of Power, Eurocentrism and Latin America. *Nepantia: Views from the South*, v.1, n.3, p. 533-580, 2000.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo: prefácio a uma sociologia nacional*. Rio de Janeiro: Andes, 1954.

RAMOS, Alberto Guerreiro, *A redução sociológica: introdução ao estudo da razão sociológica*. Rio de

Janeiro: ISEB, 1958.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Mito e verdade da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Negro sou: a questão étnico-racial e o Brasil, ensaios, artigos e outros textos (1949-1973)*. Org. Muryratan S. Barbosa. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

SCHUTEL, Soraia, “O homem parentético de Guerreiro Ramos e a prática sustentável,” *Atas do Congresso Responsabilidade e Reciprocidade: valores sociais para uma economia sustentável*, Fundação Antonio Meneghetti, 2011. p. 443-455.

SINFIELD, Alan. *Faultlines: Cultural Materialism and the Politics of Dissident Reading*. Berkeley: U of California Press, 1992.

VALENTE, Luiz Fernando. Paulo Freire: desenvolvimento como prática de liberdade. *Alceu: Revista de Comunicação, Cultura e Política*, v. 9, n. 18, p. 186-197, jan.-jun. 2009.

VALENTE, Luiz Fernando. “Crítica e dissidência”. *Literatura e artes na crítica contemporânea*. Ed. Mariana Simoni, Heidrun Krieger Olinto e Karl Erik. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016. p. 179-193.

VALENTE, Luiz Fernando. “A dissidência e as ciências humanas críticas”. *Humanidades em questão: abordagens e discussões*, ed. Júlio Cesar Valladão Diniz e Karl Erik Schøllhammer. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio, 2018. p. 149-161.

Nascido no Brasil e radicado nos Estados Unidos há mais de cinco décadas, **Luiz Fernando Valente** é Professor Titular de Estudos Portugueses e Brasileiros e de Literatura Comparada na Brown University. É autor de mais de oitenta títulos em literatura brasileira, literatura comparada, teoria literária e história do pensamento social brasileiro, publicados nos Estados Unidos, Brasil, Portugal, Reino Unido, França e Colômbia. Foi Presidente da American Association of Portuguese Studies (APSA) e da Northeastern Association of Brazilianists (NAB), e membro de conselhos consultivos da Modern Language Association of America (MLA), da Brazilian Studies Association (BRASA) e da Association of Departments of Foreign Languages (ADFL). De 2023 a 2012 dirigiu o departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros da Brown University. É fundador e coeditor da revista *Brasil/Brazil* e membro de comissões editoriais de várias revistas nos Estados Unidos e no Brasil.